

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



Direção

João de Almada Moreira Rato – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso – Vogal

Diogo Moreira-Rato – Vogal

José Costa Pinto – Vogal

Vera Pinto Pereira – Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Secretário – cargo vago por motivo de renúncia apresentada em 24 de agosto de 2022 pelo, agora, anterior titular André Alfar Rodrigues

Conselho Fiscal

Manuel Ramos de Sousa Sebastião – Presidente

Paulo Fernando Bandeira – Vogal

Pedro Miguel Mendes – Vogal

L.
JAR

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Altri, SGPS, S.A. (representado por Alberto Castro)

Banco BIC Português, S.A. (representado por José de Azevedo Pereira)

Banco BPI, S.A. (representado por Luís Graça Moura)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Isabel Pina Cabral)

Beatriz Pessoa de Araújo

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representados por Margarida Couto)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Ana Paula G. de Pina Marques)

EDP Renováveis, S.A. (representada por Acácio Jaime Liberato Mota Piloto)

Galp Energia, S.A. (representada por Teresa Abecasis)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Maria Simões Nunes Agria

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por António Lobo Xavier)

Novo Banco, S.A. (representado por Luísa Soares da Silva)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Semapa, SGPS, S.A. (representada por Rui Gouveia)

Vítor Augusto Brinquete Bento

L. JNR

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direção submete à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2022 e as Contas respeitantes ao mesmo período.

1. Introdução

Em agosto de 2022, tomou posse uma nova direção do IPCG. O seu mandato foi apresentado com os objetivos de dar continuidade ao trabalho feito pelas anteriores direções e de aprofundar a sua interação com o tecido empresarial português, alargando a base de associados, de empresas monitorizadas, as iniciativas de formação e de pedagogia, além de procurar uma maior interação com congéneres internacionais.

Em 2022, completou-se o essencial da segunda Revisão do Código de Governo das Sociedades, ministraram-se dois cursos de formação para administradores não executivos que contaram com 38 alunos e organizou-se o primeiro encontro presencial do pós Covid.

2. Código de Governo das Sociedades

No ano de 2022 os emitentes publicaram, pela quarta vez, os respetivos relatórios de governo societário no quadro da vigência do Código de Governo das Sociedades. Os resultados divulgados pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Código (CAM) sintetizam bem o bom nível e a evolução do acolhimento da grande maioria das recomendações, e evidenciam igualmente as áreas em que pode haver uma melhoria. O número de empresas monitorizadas aumentou de 35 para 36. Entre as empresas monitorizadas encontra-se uma empresa não emitente de referência, correspondendo ao objetivo do Instituto de alargar a base de empresas monitorizadas. Neste processo de monitorização continuaram a ser produzidos relatórios individuais para as entidades emitentes, que assim puderam dispor de um elemento importante de aferição para uma evolução futura do nível de cumprimento do código. Neste âmbito importa ainda sublinhar a manutenção de um diálogo muito aberto e construtivo com todas as entidades emitentes, fortalecido pela aplicação do princípio de *comply or explain* que possibilitou múltiplos esclarecimentos recíprocos e aprofundando o clima de confiança sempre importante para o bom funcionamento e consolidação da implementação do código.

C. SAR

3. Ação formativa

A ação formativa do IPCG continuou muito centrada no Programa Avançado para Administradores não Executivos. Em 2022 realizaram-se duas edições, num total de 38 participantes. Decidiu-se manter o modelo, que tem ainda a vantagem de oferecer, em cada ano, duas datas alternativas de realização do Programa Avançado para Administradores não Executivos. Estes cursos continuam a formar ativamente novos administradores não executivos antes destes começarem a sua atividade nos Conselhos das mais relevantes empresas nacionais. Sublinhe-se, igualmente, a organização de uma formação específica realizada em empresa associada.

4. Disseminação do conhecimento

4.1. Conferências e seminários

O IPCG manteve uma regular atividade de organização *webinars* e seminários presenciais, nomeadamente:

- Apresentação do Livro "A Caixa Preta da Governança";
- Webinar "A crise ucraniana uma visão política, económica e empresarial";
- Apresentação Pública do Programa "Metamorfose";
- Webinar "Apresentação do Relatório Anual de Monitorização, relativo a 2021, do Código de Governo das Sociedades";
- Seminário "Governance em preparação de um IPO".

De igual modo se participou em diversas iniciativas de outras entidades, abordando temas relacionados com o governo societário:

- Curso "Law in Business" (Intervenção de José Costa Pinto);
- Lançamento "Manual of Corporate Governance | Theory and Practice for Scholars, Executive and Non-Executive Directors" (intervenção de António Gomes Mota);
- XXIX Conferência Anual "Ambiente, Social e Governação (ESG)" (intervenção Mariana Fontes da Costa).

L
JNR

4.2. Bases de dados

Um outro domínio em que o IPCG tem procurado desenvolver uma presença ativa é na disponibilização de informação relevante sobre o governo das sociedades. Neste domínio avulta:

- a compilação de todos os relatórios de governo societário publicados pelas sociedades emitentes, desde 2018 (inclusive) no que se crê ser o mais completo repositório, a este nível, em Portugal;
- As versões atuais (em língua inglesa) dos códigos de governo societário de países de referência em matéria de *corporate governance*.

5. Relações institucionais

O IPCG manteve um diálogo permanente com as autoridades governamentais e de supervisão e em particular procurando responder sempre que foi consultado em matérias relacionadas com o governo societário. De igual modo se manteve um relacionamento próximo com a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado e com a EURONEXT Lisbon, visando contribuir para o desenvolvimento e dinamização do mercado de capitais nacional.

6. Relações com Associados

O IPCG procurou manter um diálogo muito ativo com todos os seus associados coletivos e individuais, não só convidando-os para participar em todas as iniciativas organizadas ou coorganizadas pelo IPCG, como ainda disseminando pelos associados várias iniciativas promovidas por outras entidades e que, tendo alguma ligação com as temáticas a que o IPCG está ligado, este se disponibiliza como um agente ativo das mesmas.

Durante o ano de 2022 o número de associados aumentou em 6 % para 315 a título individual e em 10 % para 55 empresas.

7. Organização e recursos

Durante o ano de 2022, foi possível reforçar as disponibilidades financeiras. O objetivo do Instituto é por motivos de precaução, manter reservas que correspondam a 18 meses de operação de forma a assegurar a resiliência e robustez do IPCG.

Mantiveram-se, no IPCG, dois colaboradores remunerados.

Com exceção dos representantes do IPCG e da AEM, os restantes membros da CEAM (Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização) incluindo os membros da equipa de apoio são remunerados.

8. Análise económica e financeira

Os rendimentos ascenderam a 316.315,00 €, o que representa um incremento de 23 % relativamente aos rendimentos de 2021. Este aumento é devido a um incremento no número de adesões ao Instituto e à organização de uma formação específica realizada em empresa associada.

Em 2022 o Instituto teve um resultado líquido de 57.044,75 € que contribuiu para reforçar as reservas do Instituto.

A situação financeira do Instituto continua muito sólida e estável com disponibilidades na ordem dos 261.593,97 € e um passivo total de 40.817,58 €.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido apurado, de 57.044,75 €, seja acrescido ao Fundo Patrimonial.

9. Agradecimentos

A Direção do IPCG agradece, reconhecidamente, o apoio que tem permanentemente recebido dos seus associados, coletivos e individuais.

Foi também muito importante o apoio e orientação do Conselho Geral e do seu Presidente.

Uma palavra de muito apreço pelo irrepreensível relacionamento tido com o Conselho Fiscal e pela disponibilidade sempre demonstrada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Finalmente, um agradecimento, merecido, à dedicação e profissionalismo da Dra. Ana Rita Vieira da Silva, adjunta da Direção do IPCG.

10. Nota final

Os membros dos órgãos sociais não auferem qualquer remuneração, nem beneficiam de despesas de representação.

Lisboa, 5 de junho de 2023

A Direção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

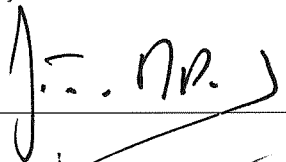
Balança em 31 de dezembro de 2022

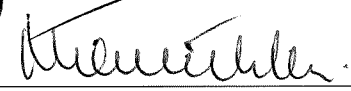
(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 804,42	2 757,12
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	5	101,75	
Total ativo não corrente		1 906,17	2 757,12
Ativo corrente			
Créditos a receber	6	2 585,35	137,09
Estado e outros entes públicos	12		
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	7	13 429,17	9 150,00
Diferimentos	8	8 072,83	9 500,51
Caixa e depósitos bancários	9	261 593,97	199 808,69
Total ativo corrente		285 681,32	218 596,29
Total ativo		287 587,49	221 353,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10	189 725,16	125 192,59
Resultado líquido do período	10	57 044,75	64 532,57
Total fundos patrimoniais		246 769,91	189 725,16
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	87,17	123,96
Estado e outros entes públicos	12	11 890,73	10 795,29
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	7	175,00	105,00
Diferimentos	8	16 815,00	11 100,00
Outros passivos correntes	13	11 849,68	9 504,00
Total passivo corrente		40 817,58	31 628,25
Total passivo		40 817,58	31 628,25
Total fundos patrimoniais e passivo		287 587,49	221 353,41

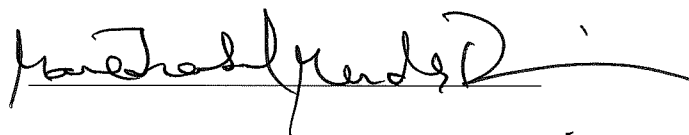
Lisboa, 5 de junho de 2023

A Direção





O Contabilista Certificado n.º 7939



**Demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

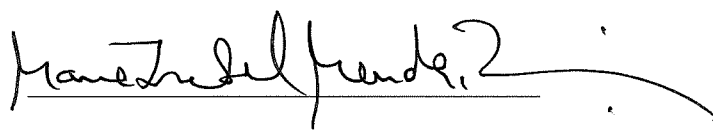
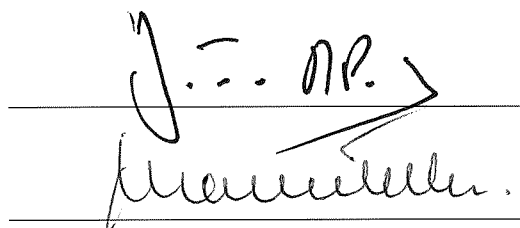
(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	14	316 315,00	257 357,50
Fornecimentos e serviços externos	15	(180 041,34)	(137 709,21)
Gastos com o pessoal	16	(57 326,35)	(35 535,37)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	7	(4 200,00)	(5 750,00)
Outros rendimentos	17	50,00	34,60
Outros gastos	18	(9 177,00)	(7 593,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		65 620,31	70 803,84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(952,70)	(1 170,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		64 667,61	69 633,79
Juros e rendimentos similares obtidos			
Resultado antes de impostos		64 667,61	69 633,79
Imposto sobre o rendimento do período	4-12	(7 622,86)	(5 101,22)
Resultado líquido do período	10	57 044,75	64 532,57

Lisboa, 5 de junho de 2023

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939



Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

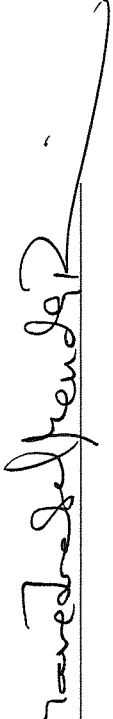
Rubrica	Notas	Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais (em euros)
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2021	10	109 344,94	15 847,65	125 192,59
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		15 847,65	(15 847,65)	
		15 847,65	(15 847,65)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			64 532,57	64 532,57
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2021	10	125 192,59	64 532,57	189 725,16
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2022	10	125 192,59	64 532,57	189 725,16
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		64 532,57	(64 532,57)	
		64 532,57	(64 532,57)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			57 044,75	57 044,75
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2022	10	189 725,16	57 044,75	246 769,91

Lisboa, 5 de junho de 2023

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939



Demonstração de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

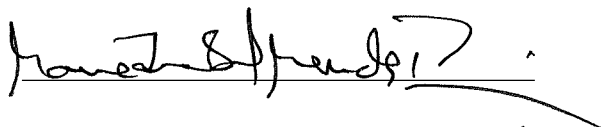
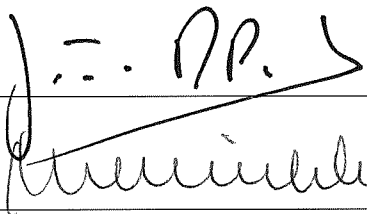
(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e associados		311 588,33	238 072,49
Pagamentos a fornecedores		(183 412,08)	(139 386,40)
Pagamentos ao pessoal		(54 384,51)	(34 499,07)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8 194,22)	(2 224,50)
Outros recebimentos/pagamentos		(3 712,24)	(598,59)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		61 885,28	61 363,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Investimentos financeiros		(100,00)	
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Investimentos financeiros			120,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(100,00)	120,25
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		61 785,28	61 484,18
Caixa e seus equivalentes no início do período		199 808,69	138 324,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		261 593,97	199 808,69

Lisboa, 5 de junho de 2023

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.dezembro.2022

(Valores expressos em Euros)

Y.
L
JNR

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Instituto Português de Corporate Governance é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objeto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as atividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), são contabilizados pelo seu justo valor.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso de um ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação as formações, os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2022

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	0,00	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	17 977,82	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	952,7	0,00
Saldo final	18 930,52	7 669,74
Ativos líquidos	1 804,42	0,00

2021

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	0,00	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	16 807,77	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	1 170,05	0,00
Saldo final	17 977,82	7 669,74
Ativos líquidos	2 757,12	0,00

2022

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	0,00
Aumentos / (diminuições)	101,75
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	101,75

Os investimentos financeiros correspondem ao fundo de compensação do trabalho da colaboradora que iniciou funções em fevereiro de 2022.

2021

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	187,24
Aumentos / (diminuições)	-187,24
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	0,00

Os investimentos financeiros iniciais correspondem ao fundo de compensação da colaboradora que cessou o contrato em novembro de 2020. Por motivos de cessação do contrato, foi solicitado o reembolso, tendo sido recebido no decorrer do mês de março.

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2022

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	0,00	2 450,00	0,00	2 450,00
Adiantamentos a fornecedores	137,09	20 077,94	20 079,68	135,35
	137,09	22 527,94	20 079,68	2 585,35

2021

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	4 900,00	0,00	4 900,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	848,98	11 399,00	12 110,89	137,09
	5 748,98	11 399,00	17 010,89	137,09

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de clientes corresponde ao valor a receber, referente ao curso “Programa Avançado para Administradores Nao Executivos” realizado em maio de 2022.

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ATIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

Associados						
	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Associados	24 629,17	11 200,00	13 429,17	16 150,00	7 000,00	9 150,00
Total do ativo	24 629,17	11 200,00	13 429,17	16 150,00	7 000,00	9 150,00

PASSIVO

Associados				
	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Passivos				
Associados	175,00	175,00	105,00	105,00
Total do passivo	175,00	175,00	105,00	105,00

IMPARIIDADE

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	7 000,00	7 450,00	0,00	3 250,00	11 200,00
	7 000,00	7 450,00	0,00	3 250,00	11 200,00

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	1 250,00	5 750,00	0,00	0,00	7 000,00
	1 250,00	5 750,00	0,00	0,00	7 000,00

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2 210,74	2 161,25
Serviços especializados	1 135,14	2 115,93
Seguros	242,36	128,73
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	3 335,00	3 335,00
Material de Escritório	0,00	94,24
Descontos e abatimentos - Inscrições de Cursos	0,00	517,50
Outros	1 149,59	1 147,86
TOTAL VALORES ATIVOS	8 072,83	9 500,51
Ganhos a reconhecer		
Quotizações	10 200,00	5 200,00
Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos	6 615,00	5 900,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	16 815,00	11 100,00

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Quotizações” inclui as quotas de 2023 dos sócios AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e PLMJ Advogados, SP, RL, no valor de 5 000 euros cada. Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica inclui a quota de 2022 do sócio AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., no valor de 5 000 euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos” refere-se a inscrições no programa avançado para administradores não executivos, por parte de participantes que não tiveram posteriormente a

oportunidade de frequentar as edições realizadas em 2022 e que, como tal, irão assistir apenas em 2023. Em 31 de dezembro de 2021, na mesma rubrica encontram-se registadas faturas referentes ao “Programa avançado para administradores não executivos” que apenas frequentaram o curso em 2022.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Caixa	706,14	258,51
Depósitos à ordem	260 887,83	199 550,18
TOTAL	261 593,97	199 808,69

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1 300,00
Constituído no Exercício de 2005	20 281,72
Constituído no Exercício de 2006	30 032,90
Constituído no Exercício de 2007	46 135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9 128,22
Constituído no Exercício de 2009	7 470,39
Constituído no Exercício de 2010	2 711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40 479,65
Constituído no Exercício de 2012	4 712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7 647,77
Constituído no Exercício de 2014	1 271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25 286,16
Constituído no Exercício de 2016	21 378,18
Constituído no Exercício de 2017	20 923,36
Constituído no Exercício de 2018	16 005,32
Constituído no Exercício de 2019	19 664,08
Constituído no Exercício de 2020	15 847,65
Constituído no Exercício de 2021	64 532,57
Total dos Fundos	189 725,16
Resultado líquido do exercício de 2022	57 044,75
Total dos Fundos Patrimoniais	246 769,91

NOTA 11 - FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Outros Fornecedores	87,17	123,96
TOTAL VALORES PASSIVOS	87,17	123,96

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Retenções de Terceiros	0,00	0,00
TOTAL VALORES ATIVOS	0,00	0,00
IRC – Autoliquidação	3 539,86	4 111,22
Retenção IRS Trabalho Dependente	2 389,00	2 301,00
Retenção IRS Trabalho Independente	1 975,00	781,25
Retenção IRC Prediais	446,07	437,32
Contribuições Segurança Social	3 530,80	3 164,50
Fundo garantia salarial	10,00	0,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	11 890,73	10 795,29

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e a pagamentos por conta, nos montantes de 7 622,86 euros e 4 083,00 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e a pagamentos por conta, nos montantes de 5 101,22 euros e 990 Euros, respetivamente.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Outros Passivos Correntes		
Honorários	0,00	225,00
Remunerações a pagar	6 155,77	3 669,00
Trabalhos Especializados-auditoria	3 087,24	3 087,24
Trabalhos Especializados- Cursos	2 460,06	2 490,81
Outros	146,61	31,95
TOTAL VALORES PASSIVOS	11 849,68	9 504,00

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Quotas dos associados	214 100,00	187 970,00
Promoção para captação de recursos	105 012,50	72 600,00
Descontos e abatimentos	-2 797,50	-3 212,50
TOTAL	316 315,00	257 357,50

Durante o ano de 2022 decorreram a 7ª edição e 8ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, nos meses de maio e novembro, respetivamente.

Durante o ano de 2021 decorreu em outubro a 6ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”.

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Trabalhos Especializados	78 471,27	71 968,81
Publicidade e propaganda	14 206,50	0,00
Honorários	38 478,50	21 025,00
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	14 304,23	10 899,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	254,81	249,16
Material de Escritório	1 147,57	410,49
Artigos de oferta	102,38	599,90
Deslocações e Estadas	4 240,34	3 088,10
Rendas e Alugueres	26 381,82	26 135,68
Comunicação	1 802,91	2 348,19
Outros Serviços	651,01	984,88
TOTAL	180 041,34	137 709,21

Durante 2022 decorreu a 7ª edição e 8ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, em maio e novembro de 2022, respetivamente. A situação acima referida também se refletiu na rubrica “Reuniões Conferências (Org. Eventos)”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Publicidade e propaganda” corresponde ao reconhecimento do encargo com a produção de vídeos sobre Corporate Governance, “Melhor Gestão”.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Remunerações do pessoal	38 970,20	23 719,00
Encargos patronais para a Segurança Social	9 431,46	6 845,68
Remunerações para férias e subsídio de férias	7 059,67	4 586,46
Seguro para Acidentes de Trabalho	404,09	240,99
Formação do Pessoal	1 137,75	0,00
Higiene, Segurança no Trabalho	98,40	108,24
Medicina no Trabalho	70,00	35,00
Outros	154,78	0,00
TOTAL	57 326,35	35 535,37

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto, não auferem qualquer remuneração fixa, de acordo com os Estatutos do Instituto.

Em 2022 e 2021, a média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto foi de 2 e 1, respetivamente.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Correções de exercícios anterior	50,00	31,16
Outros não especificados	0,00	3,44
TOTAL	50,00	34,60

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Impostos (inclui IVA e S. Selo)	5 324,08	2 860,23
Dívidas Incobráveis	100,00	150,00
Correções relativas a períodos anteriores	4,92	1 000,00
Donativos	1 250,00	1 000,00
Quotizações	2 493,15	2 582,19
Insuficiência de estimativa para impostos	0,00	1,26
Despesas indevidamente documentadas	4,85	0,00
TOTAL	9 177,00	7 593,68

NOTA 19 – ENTIDADES RELACIONADAS

O Instituto Português de Corporate Governance não participa em qualquer entidade.

Informa-se que relativamente ao Programa Avançado para Administradores não Executivos 7.ª e 8.ª edição, foram docentes os membros dos Órgãos Sociais que a seguir referenciamos:

Da Direção

Professor Doutor António Gomes Mota (Presidente)

Doutor Alexandre Mota Pinto (Vogal)

Do Conselho Fiscal

Professor Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Mais se informa que o Dr. Pedro Miguel Mendes (Vogal do Conselho Fiscal) é Partner da Deloitte Portugal, empresa auditora do IPCG.

NOTA 20 – OUTROS ASSUNTOS

Em 2022, a inflação aumentou para 7,8%, refletindo as crescentes pressões externas sobre os preços. A forte procura dos bens e serviços, cujo consumo foi condicionado durante a pandemia, também contribui para a trajetória ascendente da inflação, esperando-se uma inflexão no final do ano. Neste contexto, o Instituto procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na sua atividade, não tendo identificado impactos diretos para as suas demonstrações financeiras.

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, o Instituto procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na sua atividade, não tendo identificado impactos diretos para as suas demonstrações financeiras.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos clientes e associados do Instituto resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis. No entanto, conforme referido na Nota 3 a), com base em toda a informação disponível à data, a Direção considera que se

mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 21 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

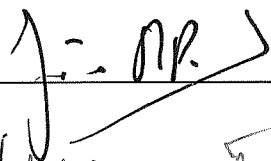
Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Instituto em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 22 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção em 5 de junho de 2023.

Lisboa, 5 de junho de 2023

A Direção





O Contabilista Certificado n.º 7939

